



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Arquivologia

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'RJ05', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Divagação sobre as ilhas

Minha ilha (e só de a imaginar já me considero seu habitante) ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto de ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bom viver: uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.

E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos – tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio delas. A mesma solidão existe, com diferentes pressões, nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme e longa. Resta ainda o argumento da felicidade – “aqui eu não sou feliz”, declara o poeta, para enaltecer, pelo contraste, a sua Pasárgada, mas será que se procura realmente nas ilhas a ocasião de ser feliz, ou um modo de sê-lo? E só se alcançaria tal mercê, de índole extremamente subjetiva, no regaço de uma ilha, e não igualmente em terra comum?

Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo. A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa e indiscriminada nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma caceteação. Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene, sem carinho para com as partes cândidas ou pueris dele mesmo. Chega-se a um ponto em que convém fugir menos da malignidade dos homens do que da sua bondade incandescente. Por bondade abstrata nos tornamos atozes. E o pensamento de salvar o mundo é dos que acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas.

A ilha é, afinal de contas, o refúgio último da liberdade, que em toda parte se busca destruir. Amemos a ilha.

(Adaptado de Carlos Drummond de Andrade, **Passeios na ilha**)

1. Em suas divagações sobre as ilhas, o autor vê nelas, sobretudo, a positividade de

- (A) um espaço ideal, cujas características naturais o tornam uma espécie de reduto ecológico, que faz esquecer os artifícios urbanos.
- (B) um repouso do espírito, de vez que não é possível usufruir os benefícios do insulamento em meio a lugares povoados.
- (C) um sucesso pessoal, a ser obtido pela paz de espírito e pela concentração intelectual que somente o pleno isolamento garante.
- (D) uma libertação possível, pois até mesmo os bons homens acabam por tolher a prática salvadora da verdadeira liberdade.
- (E) uma solidão indispensável, pois a felicidade surge apenas quando conseguimos nos distanciar dos nossos semelhantes.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A expressão *fuga relativa*, referida no 1º parágrafo, diz respeito ao equilíbrio que o autor considera desejável entre a conveniente distância e a conveniente aproximação, a se preservar no relacionamento com os semelhantes.
- II. No 2º parágrafo, todas as razões aventadas para explicar a irresistível sedução de uma ilha são consideradas essenciais, não havendo como entender essa atração sem se recorrer a elas.
- III. No 3º parágrafo, o autor se vale de amarga ironia quando afirma que o exercício da liberdade pessoal, benigno em si mesmo, é a causa da falta de liberdade dos povos que mais lutam por ela.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quando afirma, no início do 3º parágrafo, que *nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras*, o autor deprecia, precisamente, estes clássicos atributos das ilhas:

- (A) a hostilidade agreste, a solidão plena e a definitiva renúncia à solidariedade.
- (B) a poesia do mundo natural, o exclusivo espaço da solidão e a realização do ideal de felicidade.
- (C) a monotonia da natureza, o conforto da relativa solidão e a surpresa da felicidade.
- (D) a sedução mágica da paisagem, a valorização do espírito e a relativização da felicidade.
- (E) a fuga da vida urbana, a exaltação da bondade e o encontro da liberdade verdadeira.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *pondo-me a coberto de* (1º parágrafo) = recobrimo-me com
- (B) *estouvada confraternização* (1º parágrafo) = insensível comunhão
- (C) *se alcançaria tal mercê* (2º parágrafo) = se granjearia essa graça
- (D) *crítica severa e indiscriminada* (3º parágrafo) = análise séria e circunstanciada
- (E) *acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas* (3º parágrafo) = induzem as exemplares mortalidades



5. Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo.
- Estará adequada a nova correlação entre os tempos e os modos verbais caso se substituam os elementos sublinhados da frase acima, na ordem dada, por:
- (A) Se eu vier a pensar – seduziria – constituíam
- (B) Quando eu ficava pensando – seduzira – constituíam
- (C) Se eu vier a pensar – terá seduzido – viriam a constituir
- (D) Quando eu pensava – houvesse de seduzir – tinham constituído
- (E) Se eu viesse a pensar – seduziria – constituiriam
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.
- (B) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.
- (C) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.
- (D) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.
- (E) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos *shoppings* pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o autor dessa crônica:
- (A) O poeta Drummond escreveu num poema o verso “Ilhas perdem o homem”, o que significa estar contraditório com o que especula diante das ilhas neste seu outro texto.
- (B) “Ilhas perdem o homem” – asseverou Drummond num poema seu, manifestando sentimento bem diverso do que expõe nessa crônica de **Passeios na ilha**.
- (C) Ao contrário do que defende na crônica, há um poema de Drummond cujo o verso “Ilhas perdem o homem” redundava num paradoxo diante da mesma.
- (D) Paradoxal, o poeta Drummond é autor de um verso (“Ilhas perdem o homem”) de flagrante contraste ao que persigna numa crônica de **Passeios na ilha**.
- (E) Se nessa crônica Drummond enaltece o ilhamento, num poema o verso “Ilhas perdem o homem” se compraz ao agrupamento, não à solidão humana.
-
8. Atentando-se para a voz verbal, é correto afirmar que em
- (A) *Por bondade abstrata nos tornamos atroz* ocorre um caso de voz passiva.
- (B) *A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa* o elemento sublinhado é agente da passiva.
- (C) *Amemos a ilha* a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **seja amada**.
- (D) *E por que nos seduz a ilha?* não há possibilidade de transposição para a voz passiva.
- (E) *tudo isso existe fora das ilhas* a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **tem existido**.
-
9. A pontuação está plenamente adequada na frase:
- (A) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos que, a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas, ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (B) O cronista diante da possibilidade, de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos, que a princípio desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (C) O cronista diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo convence-se, de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (D) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento mas, ao fim e ao cabo convence-se de que está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (E) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo, convence-se de que, está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
-
10. Amemos as ilhas, mas não emprestemos às ilhas o condão mágico da felicidade, pois quando fantasiamos as ilhas esquecemo-nos de que, ao habitar ilhas, leva-se para elas tudo o que já nos habita.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) lhes emprestemos – lhes fantasiamos – habitá-las
- (B) emprestemos-lhes – as fantasiamos – habitar-lhes
- (C) as emprestemos – fantasiamo-las – as habitar
- (D) lhes emprestemos – as fantasiamos – habitá-las
- (E) as emprestemos – lhes fantasiamos – habitar-lhes



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Paraty

É do esquecimento que vem o tempo lento de Paraty.

A vida vagarosa – quase sempre caminhando pela água –, o saber antigo, os barcos feitos ainda hoje pelas mãos de antepassados, os caminhos de pedra que repelem e desequilibram a pressa: tudo isso vem do esquecimento. Vem do dia em que Paraty foi deixada quieta no século XIX, sem razão de existir.

Até ali, a cidade fervia de agitação. Estava na rota do café, e escoava o ouro no lombo do burro e nas costas do escravo. Um caminho de pedra cortava a floresta para conectar Paraty à sua época e ao centro do mundo.

Mas, em 1855, a cidade inteira se aposentou. Com a estrada de ferro criada por D. Pedro II, Paraty foi lançada para fora das rotas econômicas. Ficou sossegada em seu canto, ao sabor de sua gente e das marés. E pelos próximos 119 anos, Paraty iria formar lentamente, sem se dar conta, seu maior patrimônio.

Até que chegasse outro ciclo econômico, ávido por lugares onde todos os outros não houvessem tocado: o turismo. E assim, em 1974, o asfalto da BR-101 fez as pedras e a cal de Paraty virarem ouro novamente. A cidade volta a conviver com o presente, com outro Brasil, com outros países. É então que a preservação de Paraty, seu principal patrimônio e meio de vida, escapa à mão do destino. Não podemos contar com a sorte, como no passado. Agora, manter o que dá vida a Paraty é razão de muito trabalho. Daqui para frente, preservar é suor.

Para isso existe a Associação Casa Azul, uma organização da sociedade civil de interesse público. Aqui, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia. Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado, sem apagar as pegadas.

(Texto institucional- Revista **Piauí**, n. 58, julho 2011)

11. Paraty é apresentada, fundamentalmente, como uma cidade

- (A) cuja vocação turística se manifestou ao mesmo tempo em que foi beneficiada pelos ciclos econômicos do café e do ouro.
- (B) que se beneficiou de dois ciclos econômicos do ouro, muito embora espaçados entre si por mais de um século.
- (C) cuja história foi construída tanto pela participação em ciclos econômicos como pela longa inatividade que a preservou.
- (D) cujo atual interesse turístico deriva do fato de que foi convenientemente remodelada para documentar seu passado.
- (E) que sempre respondeu, com desenvoltura e sem solução de continuidade, às demandas econômicas de várias épocas.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A frase *É do esquecimento que vem o tempo lento de Paraty* faz alusão ao período em que a cidade deixou de se beneficiar de sua importância estratégica nos ciclos do ouro e do café.
- II. O texto sugere que o mesmo turismo que a princípio valoriza e cultua os espaços históricos e naturais preservados traz consigo as ameaças de uma séria degradação.
- III. Um longo *esquecimento*, condição em princípio negativa na escalada do progresso, acabou sendo um fator decisivo para a atual evidência e valorização de Paraty.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

13. A informação objetiva contida numa expressão ou frase de efeito literário está adequadamente reconhecida em:

- (A) *os barcos feitos ainda hoje pelas mãos de antepassados* (2º parágrafo) = os barcos que lá se encontram foram herdados dos antecessores
- (B) *escoava o ouro no lombo do burro e nas costas do escravo* (3º parágrafo) = dava embarque ao ouro trazido por muares e cativos
- (C) *em 1855, a cidade inteira se aposentou* = ano em que se decretou a inatividade de todos os seus funcionários
- (D) *Ficou sossegada em seu canto, ao sabor de sua gente e das marés* (4º parágrafo) = acomodou-se ao ritmo das canções de seu povo e aos sons da natureza
- (E) *o asfalto da BR-101 fez as pedras e a cal de Paraty virarem ouro novamente* (5º parágrafo) = a valorização imobiliária reviveu a pujança dos antigos ciclos econômicos

14. Articulam-se como uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes elementos:

- (A) *É do esquecimento que vem o tempo lento / Estava na rota do café*
- (B) *a cidade fervia de agitação / foi lançada para fora das rotas econômicas*
- (C) *estrada de ferro criada por D. Pedro / Um caminho de pedra cortava a floresta*
- (D) *A cidade volta a conviver com o presente / o asfalto da BR-101*
- (E) *Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado / sem apagar as pegadas*



<p>15. É preciso reconstruir, devido à má estruturação, a seguinte frase:</p> <p>(A) A posição de Paraty possibilitou-lhe a proeminência econômica de que gozou durante os ciclos econômicos do ouro e do café, pelo menos até o ano de 1855.</p> <p>(B) A passagem do tempo, que pode ser ingrata em muitas situações, acabou conferindo a Paraty os encantos históricos de uma cidade que se preservou durante seu longo esquecimento.</p> <p>(C) A Associação Casa Azul, nesse texto promocional, apresenta-se como instituição cuja finalidade precípua é a preservação da cidade histórica de Paraty.</p> <p>(D) Caso não haja controle de iniciativa oficial ou particular, a cidade de Paraty desfruta da condição de ser um polo turístico, o que também constitui um risco de degradação.</p> <p>(E) A referência a caminhos de pedra que impedem a pressa não é só uma imagem poética relativa ao tempo: reporta-se ao calçamento físico das ásperas ruas de Paraty.</p>	<p>18. <i>Aqui, nesta casa, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia.</i></p> <p>A frase acima foi reelaborada, sem prejuízo para a correção e a coerência, nesta nova redação:</p> <p>(A) É para manter em harmonia o tecido urbano e social de Paraty que se criam projetos e atividades nesta casa.</p> <p>(B) A fim de que se mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia que criamos nesta casa projetos e atividades.</p> <p>(C) São projetos e atividades que criamos nesta casa com vistas a harmonia aonde se mantenha o tecido urbano e social de Paraty.</p> <p>(D) Nesta casa, cria-se projetos e atividades visando à manter-se o tecido urbano e social de Paraty de modo harmonioso.</p> <p>(E) Os projetos e atividades criados nesta casa é para se manter em harmonia tanto o tecido urbano quanto o social de Paraty.</p>
<p>16. O emprego, a grafia e a flexão dos verbos estão corretos em:</p> <p>(A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requisaram mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.</p> <p>(B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge do esquecimento, em 1974.</p> <p>(C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobreviram longos anos de esquecimento.</p> <p>(D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.</p> <p>(E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.</p>	<p>19. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) Se o <u>por quê</u> da importância primitiva de Paraty estava na sua localização estratégica, a importância de que goza atualmente está na relevância histórica <u>porque</u> é reconhecida.</p> <p>(B) Ninguém teria <u>porque</u> negar a Paraty esse duplo merecimento de ser poesia e história, <u>por que</u> o tempo a escolheu para ser preservada e a natureza, para ser bela.</p> <p>(C) Os dissabores <u>por que</u> passa uma cidade turística devem ser prevenidos e evitados pela Casa Azul, <u>porque</u> ela nasceu para disciplinar o turismo.</p> <p>(D) <u>Porque</u> teria a cidade passado por tão longos anos de esquecimento? Criou-se uma estrada de ferro, eis <u>porque</u>.</p> <p>(E) Não há <u>porquê</u> imaginar que um esquecimento é sempre deplorável; veja-se como e <u>por quê</u> Paraty acabou se tornando um atraente centro turístico.</p>
<p>17. Atente para estas frases, do 5º parágrafo do texto:</p> <p>I. <i>Não podemos contar com a sorte.</i> II. <i>Daqui para frente, preservar é suor.</i></p> <p>Para articulá-las de modo a preservar o sentido do contexto, será adequado uni-las por intermédio deste elemento:</p> <p>(A) no entanto. (B) ainda assim. (C) haja vista que. (D) muito embora. (E) por conseguinte.</p>	<p>20. A expressão de que preenche adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Os projetos e atividades implementamos na Casa Azul visam à harmonia de Paraty.</p> <p>(B) O prestígio turístico veio a gozar Paraty não cessa de crescer, por conta de novos projetos e atividades.</p> <p>(C) O esquecimento Paraty se submeteu preservou-a dos desgastes trazidos por um progresso irracional.</p> <p>(D) A plena preservação ambiental, Paraty faz por merecer, é uma das metas da Casa Azul.</p> <p>(E) Os ciclos econômicos do ouro e do café, tanto prosperou Paraty, esgotaram-se no tempo.</p>

**Noções de Direito Administrativo**

21. É INCORRETO afirmar que são formas de provimento de cargo público, dentre outras, a

- (A) reintegração e a recondução.
- (B) readaptação e a nomeação.
- (C) promoção e o aproveitamento.
- (D) transferência e a ascensão.
- (E) nomeação e a promoção.

22. João Carlos, aposentado por invalidez, foi submetido à junta médica oficial, que declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, razão pela qual foi determinado o seu retorno à atividade, que deverá ser feito

- (A) através da reintegração em qualquer cargo de atribuições correlatas àquelas do cargo que ocupava anteriormente, ficando o servidor em disponibilidade remunerada se não houver cargo vago com tais características.
- (B) por recondução para o mesmo cargo anteriormente ocupado. Na hipótese deste estar provido, o servidor será colocado em disponibilidade remunerada até que ocorra a vaga em outro cargo.
- (C) mediante reversão e ocorrer no mesmo cargo ou naquele resultante da sua transformação. Na hipótese de estar provido esse cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- (D) por intermédio do aproveitamento para cargo de atribuições, complexidade e remuneração idênticas ao do cargo ocupado por ocasião da aposentadoria.
- (E) com a aplicação da transposição para o cargo ocupado quando da aposentadoria, ou para outro com as mesmas características, ou ainda colocado em disponibilidade remunerada, até que ocorra cargo vago.

23. Dentre outros, NÃO pode ser considerado dever do servidor público federal:

- (A) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para o esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (B) cumprir, de regra, as ordens superiores.
- (C) representar contra omissão.
- (D) zelar pela conservação do patrimônio público e particular.
- (E) representar contra abuso de poder.

24. Analise os prazos para:

- I. a prescrição quanto às infrações punidas com destituição de cargo em comissão.
- II. a revisão do processo disciplinar.

Nesses casos, respectivamente para I e II, é correto:

- (A) 5 (cinco) anos; e 2 (dois) anos.
- (B) 5 (cinco) anos; e não há prazo, podendo ocorrer a qualquer tempo.
- (C) 2 (dois) anos; e 5 (cinco) anos.
- (D) 1 (um) ano; e 2 (dois) anos.
- (E) 180 (cento e oitenta) dias; e não há prazo, ocorre a qualquer tempo.

25. No inquérito administrativo disciplinar, quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame

- (A) por junta formada por um médico indicado por parte do servidor e outro de livre escolha da administração.
- (B) psicotécnico e avaliado obrigatoriamente por um médico neurologista.
- (C) por junta médica particular ou oficial, integrada por dois psicólogos.
- (D) psicotécnico, oficial ou não, e avaliado obrigatoriamente por dois médicos da medicina do trabalho.
- (E) por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um psiquiatra.

Noções de Direito Constitucional

26. Considere:

- I. O Partido Político A, regularmente constituído, não possui representação no Congresso Nacional.
- II. O Sindicato B, legalmente constituído, está em funcionamento há dois anos.
- III. A Associação C, legalmente constituída, está em funcionamento há um ano e quinze dias.
- IV. A Associação D, legalmente constituída, está em funcionamento há dez meses.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, possuem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo APENAS os entes indicados em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.



27. A Constituição Federal brasileira de 1988 NÃO previa, expressa e originariamente, dentre os direitos sociais,
- (A) a educação.
 - (B) a alimentação.
 - (C) a saúde.
 - (D) o trabalho.
 - (E) o lazer.
-
28. Considere os seguintes cargos:
- I. Presidente da Câmara dos Deputados.
 - II. Presidente do Senado Federal.
 - III. Membro de Tribunal Regional Federal.
 - IV. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- São, dentre outros, cargos privativos de brasileiro nato os indicados APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
-
29. A lei WXYZ alterou o processo eleitoral. De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, a Lei WXYZ entrará em vigor
- (A) na data de sua publicação, mas não será aplicada para eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
 - (B) em um ano após a sua publicação, sendo aplicada imediatamente após a data da sua vigência para as eleições.
 - (C) na data de sua publicação, sendo aplicada imediatamente após esta data para as eleições.
 - (D) na data de sua publicação, mas não será aplicada para eleição que ocorra até três meses da data de sua vigência.
 - (E) na data de sua publicação, mas não será aplicada para eleição que ocorra até noventa dias da data de sua vigência.
-
30. As ações contra o Conselho Nacional de Justiça e as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público serão julgadas originariamente pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Regional Federal competente, respectivamente.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. *A necessidade de fazer prova perante a justiça foi, na sociedade ocidental, a razão mais importante para que determinados escritos fossem conservados de forma duradoura. Os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não o contrário. Ao longo do tempo, tal qualidade se estenderia, como afirma Bruno Delmas, a outros documentos produzidos em circunstâncias semelhantes. O autor procura identificar, nessa afirmação, a principal característica dos documentos que preenchem os requisitos necessários para fazer prova das ações que lhes deram origem, ou seja,*
- (A) o pluralismo.
(B) a autenticidade.
(C) a tempestividade.
(D) a polissemia.
(E) a informalidade.
32. O documento de arquivo, quando comparado ao de outras instituições de custódia, distingue-se por
- (A) ingressar no acervo mediante compra, doação ou permuta.
(B) obedecer a regras universais de processamento técnico.
(C) formar coleções em torno de determinados conteúdos.
(D) não poder ser tratado como entidade autônoma.
(E) ter finalidade cultural e científica.
33. Ainda que haja inúmeras cópias de um mesmo documento no arquivo de determinada instituição, cada qual ocupa lugar distinto no conjunto dos demais documentos, mantendo com eles relações específicas. Tal atributo é conhecido, na teoria arquivística, como
- (A) veracidade.
(B) integridade.
(C) unicidade.
(D) confiabilidade.
(E) relatividade.
34. É bastante comum encontrar documentos do Poder Judiciário fora de seu domicílio legal, isto é, depositados em instituições destinadas a cuidar de material originário de outros poderes. Museus, bibliotecas e escolas superiores, além de arquivos públicos municipais e estaduais, têm abrigado, até mesmo com a anuência e o incentivo dos Tribunais de Justiça, grande parte da documentação das comarcas, configurando conflitos de jurisdição arquivística. A legitimidade de tal prática, no entanto, segundo Ana Maria Camargo, encontra justificativa na tradição de delegação de competências que caracterizou a história administrativa brasileira e no princípio do interesse local, ou seja, do que se convencionou chamar de
- (A) funcionalidade.
(B) territorialidade.
(C) urbanidade.
(D) capilaridade.
(E) originalidade.
35. O sistema de signos utilizado na comunicação do conteúdo dos documentos determina seu
- (A) gênero.
(B) formato.
(C) tipo.
(D) suporte.
(E) valor primário.
36. Leiaute, arte-final, croqui e esboço, podem ser considerados modalidades de
- (A) técnica de registro.
(B) espécie.
(C) tipo.
(D) formato.
(E) forma.
37. Filme, gravação, edital, livro e relatório de prestação de contas constituem exemplos, respectivamente, de
- (A) formato, tipo, forma, invólucro e gênero.
(B) gênero, espécie, formato, forma e espécie.
(C) suporte, técnica de registro, espécie, formato e tipo.
(D) espécie, formato, técnica de registro, tipo e suporte.
(E) tipo, suporte, gênero, forma e formato.
38. *Um livro ou artigo de revista científica – sobre o tratamento do câncer, por exemplo – é, por acaso, uma informação bibliográfica ou biblioteconômica, só porque está na biblioteca? Ou devemos falar em informação médica, oncológica, científica? E se o mesmo livro ou artigo estiver em minha casa? Será então uma informação domiciliar? Com essa observação irônica, Heloísa Bellotto investe contra o uso equivocado de certas palavras que, apesar de desprovidas de rigor, acabam se incorporando à terminologia da área. O alvo da autora, no caso, é a expressão:*
- (A) informação arquivística.
(B) gestão da informação.
(C) ciência da informação.
(D) informação virtual.
(E) arquitetura da informação.
39. Os ofícios expedidos por ministros de Estado para autoridades de idêntica hierarquia recebem o nome de
- (A) despachos.
(B) portarias.
(C) comunicações.
(D) informes.
(E) avisos.
40. O instrumento pelo qual se afirma a existência de fato registrado em assentamento público é
- (A) a certidão.
(B) o atestado.
(C) o expediente.
(D) o extrato.
(E) a carta precatória.



<p>41. Como decisão emanada de autoridade administrativa acerca de assunto submetido a sua apreciação, o despacho pode apenas transferir tal prerrogativa a outra autoridade. Nesse caso, o despacho é considerado</p> <p>(A) saneador. (B) decisório. (C) ordinatório. (D) interlocutório. (E) temporário.</p>	<p>47. No processo de avaliação dos documentos do Poder Judiciário,</p> <p>(A) os recursos, embargos e outros processos que não existem de forma autônoma podem ser eliminados independentemente do processo principal. (B) o descarte dos processos com decisões transitadas em julgado dispensa o registro respectivo no sistema processual em vigor. (C) os tribunais não poderão estabelecer prazos de guarda superiores à temporalidade registrada no Sistema Gestor de Tabelas Processuais do Conselho Nacional de Justiça. (D) são de guarda permanente sentenças, decisões terminativas, acórdãos e decisões recursais monocráticas, em seu inteiro teor. (E) a eliminação deverá ser feita pelos próprios órgãos acumuladores, mediante combustão ou dissolução química.</p>
<p>42. Quando uma atividade determina obrigações recíprocas (tratados, ajustes, contratos etc.) vem consignada em</p> <p>(A) minutas. (B) documentos impressos. (C) primeira e segunda vias. (D) cópias. (E) originais múltiplos.</p>	<p>48. Tratados, contratos, convênios e outros acordos em que a Justiça Federal é parte são considerados, segundo o Conselho da Justiça Federal (Resolução nº 23, de 19 de setembro de 2008, que estabelece a consolidação normativa do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1ª e 2ª Graus), documentos de guarda permanente. Tais espécies integram a categoria dos atos</p> <p>(A) normativos. (B) enunciativos. (C) de assentamento. (D) de correspondência. (E) de ajuste.</p>
<p>43. Nos sistemas informatizados de gestão de documentos, as atividades de autuação, classificação e arquivamento têm sido chamadas, por força do uso de palavra inglesa originária da informática, de</p> <p>(A) absorção. (B) captura. (C) abdução. (D) imersão. (E) adesão.</p>	<p>49. Muitos autores questionam, atualmente, a natureza dos instrumentos de pesquisa, preferindo englobar os procedimentos de arranjo e descrição sob o título geral de representação arquivística, como o faz a norte-americana Elizabeth Yakel. Na base dessa proposta está a ideia de que os arquivistas produzem narrativas e versões, impondo seus pontos de vista e contribuindo para a construção de determinadas visões do passado. Tais argumentos integram o que se convencionou chamar, na área arquivística, de</p> <p>(A) teoria quadrangular. (B) paradigma indiciário. (C) modelo custodial. (D) pós-modernismo. (E) arquitetura da informação.</p>
<p>44. A ação pela qual um documento é incorporado a determinado processo judicial, passando a fazer parte integrante dele, em caráter definitivo, e perdendo a autonomia que antes possuía, configura</p> <p>(A) a anexação. (B) o apensamento. (C) a juntada. (D) a integração. (E) a fusão.</p>	<p>50. O instrumento de pesquisa que oferece a visão mais genérica e sucinta de uma instituição arquivística e de seu acervo é o</p> <p>(A) catálogo. (B) guia. (C) inventário. (D) catálogo seletivo. (E) tesauro.</p>
<p>45. Transferência é o termo que designa a passagem de documentos para o arquivo</p> <p>(A) corrente. (B) central. (C) setorial. (D) permanente. (E) intermediário.</p>	
<p>46. No arquivo intermediário,</p> <p>(A) os documentos aguardam sua destinação final. (B) procede-se à avaliação dos documentos. (C) elaboram-se instrumentos de pesquisa. (D) não há restrição de acesso aos documentos. (E) a frequência de uso dos documentos é alta.</p>	



<p>51. A ISAD(G), de acordo com a apresentação da NOBRADE, trata apenas da macroestrutura do processo descritivo, razão por que</p> <p>(A) supõe sistemas informatizados. (B) só contempla instituições públicas. (C) não se aplica a fundos fechados. (D) mantém alto grau de generalidade. (E) tem como ponto de partida funções e atividades.</p>	<p>57. O mais completo instrumento de destinação de documentos de arquivo é</p> <p>(A) a tabela de equivalência. (B) o inventário topográfico. (C) o edital de eliminação. (D) o diagnóstico do acervo. (E) a tabela de temporalidade.</p>
<p>52. Segundo a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR-CPF, a informação acrescentada a um elemento descritivo, com a finalidade de auxiliar o processo de identificação, compreensão e uso do registro de autoridade, tem o nome de</p> <p>(A) adendo. (B) ponto de acesso. (C) atributo. (D) complemento. (E) qualificador.</p>	<p>58. Os documentos de valor permanente – sejam eles públicos ou privados de interesse público – formam, em seu conjunto, nas respectivas esferas em que foram acumulados, o chamado</p> <p>(A) panteão nacional. (B) sistema de arquivos. (C) monumento histórico. (D) patrimônio arquivístico. (E) memorial da nação.</p>
<p>53. Quando os documentos recebem números sequenciais à medida que dão entrada na instituição ou no arquivo, sendo armazenados de acordo com essa sucessão numérica, seu acesso fica condicionado à existência de</p> <p>(A) índice alfabético remissivo. (B) tabela de equivalência. (C) guia-fora. (D) relação de transferência. (E) relação de recolhimento.</p>	<p>59. Sobre os procedimentos de conservação preventiva em arquivos, é correto afirmar que</p> <p>(A) a higienização de manuscritos e impressos, para retirada de poeira e outros resíduos sólidos, deve ser efetuada por meio de aspirador elétrico. (B) presilhas metálicas, fitas adesivas, grampos e cliques devem ser sistematicamente removidos dos documentos em suporte-papel. (C) as luvas de borracha são responsáveis por manchas indelévels nos diferentes suportes documentais, devendo ser usadas apenas por pessoas alérgicas. (D) a temperatura ambiental nos depósitos de documentos de diferentes suportes deve oscilar entre 12 e 24 °C, com umidade relativa entre 70 e 80%. (E) as fileiras de estantes devem ser dispostas no sentido contrário ao da circulação de ar, de modo a impedir a proliferação de fungos nos documentos.</p>
<p>54. Para localizar as unidades de arquivamento nos depósitos de uma entidade utiliza-se</p> <p>(A) o descritor. (B) a ultraficha. (C) a notação. (D) o atril. (E) a sinalética.</p>	<p>60. Em documento plano de grandes dimensões, recomenda-se colar em seu verso uma folha de papel japonês, a fim de lhe dar maior resistência. Tal técnica é conhecida como</p> <p>(A) reenfibragem. (B) obturação. (C) velatura. (D) cartonagem. (E) colagem.</p>
<p>55. Racionalizar a produção de documentos e normalizar os procedimentos relacionados com sua avaliação e destinação, promovendo a transparência administrativa e agilizando o processo decisório, são, no âmbito do poder público, alguns dos objetivos</p> <p>(A) do gerenciamento eletrônico de documentos (GED). (B) da gestão de documentos. (C) da gestão do conhecimento. (D) da gestão de recursos informacionais. (E) do gerenciamento de conteúdo.</p>	<p>61. Uma política de conservação de documentos públicos armazenados em sistema informatizado de gestão depende, entre outros fatores,</p> <p>(A) da manutenção dos metadados dos documentos eliminados. (B) da utilização constante da memória terciária, evitando as redes de dados para acesso às informações. (C) de migrações preventivas, sempre que se tornar patente a obsolescência do padrão utilizado. (D) da capacidade de criar normas específicas, evitando padrões nacionais e internacionais. (E) do uso de estruturas proprietárias, mais eficientes nos processos de codificação de dados.</p>
<p>56. Dentre os requisitos que, no âmbito da Justiça Federal, contribuem para a funcionalidade do sistema que gerencia o plano de classificação de documentos, figura o de</p> <p>(A) permitir o uso de termos idênticos na nomeação das classes. (B) impedir o deslocamento de classes, subclasses, grupos e subgrupos. (C) permitir a eliminação de uma classe ativa ou inativa. (D) permitir a mudança de nome de uma classe já existente. (E) impedir a criação de classes, subclasses, grupos e subgrupos.</p>	



62. De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010), a digitalização obedece a padrões de coloração, formato e resolução mínima. No caso da digitalização de microfimes e microfichas, tais padrões são, respectivamente,
- (A) escala de cinza, GIF e 300 dpi.
 (B) preto e branco, WMF e 600 dpi.
 (C) escala de cores, BMP e 3.000 dpi.
 (D) escala de cinza, TIFF e 300 dpi.
 (E) preto e branco, JPEG e 600 dpi.
-
63. A fim de rastrear intervenções e garantir a integridade de um sistema informatizado de gestão de documentos, é preciso lançar mão
- (A) das trilhas de auditoria.
 (B) das cópias de segurança.
 (C) da ergonomia cognitiva.
 (D) da emulação.
 (E) do *Mean Time Between Failures* (MTBF).
-
64. No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP, entende-se por certificação digital
- (A) o código binário que, incorporado a determinado documento, registra data e hora em que ocorreu um evento (criação, recebimento, leitura, modificação ou eliminação).
 (B) a atividade de reconhecimento em meio eletrônico que se caracteriza pelo estabelecimento de relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação.
 (C) o conjunto de dados estruturados, com as respectivas regras de acesso, formatação e validação, que são administrados por um sistema gerenciador de banco de dados.
 (D) o método de codificação de dados, com base em algoritmo específico e chave secreta, que permite a seus usuários restabelecer a forma original dos dados.
 (E) a declaração de que determinado documento é autêntico, ou de que uma cópia reproduz fielmente o original, feita por pessoa jurídica revestida de autoridade (servidor público, notário, autoridade certificadora).
-
65. Levando em conta dispositivos constitucionais, que asseguram acesso à informação e protegem o direito individual à intimidade, vida privada, honra e imagem, um provimento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, datado de 17 de dezembro de 2010, disciplinou a consulta pública a processos eletrônicos de primeira instância. A medida considerou de livre acesso, a qualquer interessado, o número, a classe e o(s) assunto(s) do processo; os nomes das partes do processo e os de seus advogados; a movimentação processual; e o inteiro teor de despachos, decisões interlocutórias e sentenças. Foram explicitamente excluídos do acesso público, no entanto, os
- (A) laudos médicos periciais.
 (B) dias e horários das audiências.
 (C) nomes dos juízes.
 (D) documentos anexados aos autos.
 (E) nomes das vítimas dos processos criminais.
-
66. O Conselho Nacional de Justiça recomendou, em 15 de agosto de 2011, a observância das normas elaboradas pelo Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname, dentre as quais figuram as seguintes:
- I. Vencido o prazo de guarda, a destinação de cada documento ou processo poderá ser alterada pela comissão de avaliação documental da instituição, com base em fatos supervenientes que possam ter ocorrido em relação a ele.
 II. Os processos com trânsito em julgado e documentos em arquivo intermediário que não sejam de valor permanente não precisarão ser digitalizados para a eliminação.
 III. Será preservada uma amostra estatística representativa do universo dos documentos e processos administrativos e dos autos judiciais findos destinados à eliminação.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
 (B) I, somente.
 (C) I e II, somente.
 (D) I e III, somente.
 (E) II e III, somente.
-
67. A edição diplomática ou paleográfica de um documento, que o reescreve conservando, rigorosamente, todas as suas características (erros, lacunas, ortografia, fronteiras de palavras, abreviaturas etc.), vem sendo substituída por reprodução fotográfica, também chamada de edição
- (A) genética.
 (B) crítica.
 (C) fac-similada.
 (D) interpretativa.
 (E) sinótica.
-
68. A falsidade diplomática ocorre, segundo Heloísa Bellotto, quando
- (A) o fato documentado não existe.
 (B) a *conscriptio* não é correta ou adequada.
 (C) o documento original é autógrafo.
 (D) o documento ostenta mais de uma assinatura.
 (E) o documento original é ampliado.
-
69. A substância do ato, na partição diplomática, recebe o nome de
- (A) dispositivo.
 (B) corroboração.
 (C) notificação.
 (D) preâmbulo.
 (E) exposição.
-
70. Na escrita brasileira do século XIX, a abreviatura abaixo designava
- 9 br^o
- (A) nove barcos.
 (B) setembro.
 (C) novembro.
 (D) nove brancos.
 (E) nove braços.